

## MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

**Título:** Implementação de ferramenta de gestão em organizações públicas: o caso Embrapa Gado de Leite

**Autora:** Sorele Carpanez Veiga

**Orientador:** Ricardo Corrêa Gomes

**Data da defesa:** 25/06/2007

A utilização de ferramentas que contribuam para a melhoria do processo administrativo das organizações não ficou restrito ao setor privado. No decorrer dos anos, os contribuintes e clientes das instituições públicas e sem fins lucrativos passaram a exigir maior eficiência quanto à prestação de serviços dessas organizações. Foi a partir de então que instrumentos anteriormente desenvolvidos e utilizados no setor privado começaram a ser adaptados de forma a atender às necessidades de tais instituições. Mas, devido ao fato de o contexto organizacional das instituições públicas ser diferente, este trabalho se propôs verificar quais fatores influenciam o processo de implantação de uma ferramenta de gestão em uma empresa pública brasileira. O estudo foi feito analisando-se a implementação do modelo adaptado da ferramenta de gestão Balanced Scorecard denominado Modelo de Gestão Estratégica desenvolvido de forma a atender às necessidades da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Embora o processo tenha ocorrido em toda a organização, a pesquisa, descritiva e exploratória, foi desenvolvida na unidade Embrapa Gado de Leite, localizada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Para a coleta de dados, utilizou-se a análise de documentos, valendo-se da análise de conteúdo nas

entrevistas semiestruturadas realizadas na instituição estudada. Além do fato de o presente trabalho ter examinado como se deu a implementação do BSC, este também observou a institucionalização da ferramenta. A partir da coleta de dados, foi possível identificar aspectos que contribuíram para a implantação do BSC e visualizar o que ocasionou a descontinuidade da ferramenta. Quanto ao institucionalismo, este permitiu o entendimento do posicionamento dos funcionários da instituição com relação à ferramenta durante a sua implementação.

## MESTRADO EM ECONOMIA

**Título:** Criminalidade violenta em Minas Gerais: uma proposta de alocação de recursos em segurança pública

**Autor:** Paulo Roberto Scalco

**Orientador:** Adriano Provezano Gomes

**Data da defesa:** 15/08/2007

O presente trabalho teve como objetivo apresentar uma nova proposta de combate à criminalidade em Minas Gerais, com base na realocação de recursos em segurança pública. A ideia proposta é alocar os recursos com base em critérios definidos que reflitam a real necessidade de cada município, somado a indicadores de eficiência, criando assim um ranking de necessidades de recursos entre os 851 municípios mineiros analisados. Para isso, primeiramente, foi realizado um estudo sobre a evolução e dispersão da criminalidade durante o período de 1986 a 2005 no estado mineiro. Por meio do coeficiente de Gini, coeficiente de variação e técnicas de análise exploratória de dados espaciais, foi possí-

vel verificar que, em média, as taxas de criminalidade aumentaram mais de 459% no período analisado; apenas as taxas de crimes violentos contra o patrimônio tiveram crescimento superior a 1.000%. Além disso, foram verificadas maior distribuição das taxas entre os municípios de pequeno porte e, por meio do coeficiente de Gini, tendência de convergência e consequente homogeneização das taxas entre os municípios mineiros. Entretanto, embora o tamanho dos municípios seja fator determinante das taxas de criminalidade, essa tendência de homogeneização tem ocorrido à custa do aumento das taxas de criminalidade nos menores municípios do estado. Os resultados encontrados por meio das técnicas de econometria espacial evidenciam a existência de dependência espacial entre os municípios mineiros. Assim, verificou-se que, em média, municípios com altas taxas de criminalidade são circundados por outros também com altas taxas de criminalidade; pôde-se identificar a formação de quatro clusters espaciais para taxas de crimes violentos contra a pessoa e contra o patrimônio. A partir deste estudo, pôde-se, portanto, identificar algumas características importantes, que devem ser consideradas em qualquer política de segurança pública. Nesse contexto, construiu-se a proposta de realocação de recursos em segurança pública, a qual consiste na utilização de taxas espaciais de criminalidade, que captam a dependência espacial observada entre os municípios, além de considerar o tamanho e a eficiência técnica na alocação dos recursos de cada município. Assim, a proposta apresentada consiste num modelo dinâmico que tende a ser estável no ponto de equilíbrio equitativo, pois municípios com maiores taxas de criminalidade e eficiência técnica

tendem a receber mais recursos num primeiro momento; contudo, como as variáveis utilizadas apresentam valores relativos, é esperado que num segundo instante esses municípios apresentem redução de suas taxas de criminalidade e eficiência. Dessa forma, à medida que os municípios que foram contemplados com mais recursos tendam a reduzir esses indicadores, a necessidade de alocar mais recursos passa a ser daqueles que não receberam nenhum recurso no primeiro momento. A simulação realizada para Minas Gerais indicou que, atualmente, os municípios que mais necessitariam de recursos seriam Uberlândia, Montes Claros, Contagem, Sete Lagoas e Betim e, respectivamente, os que menos necessitariam seriam Belo Horizonte, Governador Valadares, Ipatinga, Barbacena e Juiz de Fora. A expectativa é de que, com a adoção dessa política, no longo prazo, tanto as taxas de criminalidade quanto as disparidades observadas sejam reduzidas.

## MESTRADO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

---

**Título:** Análise das condições de trabalho dos educadores numa perspectiva ergonômica: o caso do Laboratório de Desenvolvimento Infantil

**Autora:** Adla Alves Alexandre

**Orientadora:** Simone Caldas Tavares Mafra

**Data da defesa:** 28/06/2007

A forma de organização do espaço de uma sala-ambiente onde são realizadas atividades pedagógicas e a dinâmica definida para a relação entre os seus diversos componentes irão refletir o cená-

rio da aprendizagem e do processo de desenvolvimento infantil. Considerando este aspecto, o espaço deve, além de atender a seus objetivos, proporcionar conforto, bem-estar, saúde e segurança aos seus usuários para a realização do seu trabalho. Logo, problematiza-se que o fato de o trabalhador/educador atuar em um ambiente projetado para atender às crianças poderá ocasionar problemas referentes à saúde, ao bem-estar, à segurança e ao conforto, o que influenciará, diretamente, a sua qualidade de vida no trabalho. O objetivo deste estudo foi analisar as condições de trabalho e suas implicações nas atividades realizadas na sala-ambiente e sobre a qualidade de vida no trabalho (QVT) dos educadores que atuam nas instituições de educação infantil com crianças de 2 a 5 anos de idade. A pesquisa foi realizada no Laboratório de Desenvolvimento Infantil (LDI), localizado no campus da Universidade Federal de Viçosa, em Viçosa, Minas Gerais, sendo a população do estudo as educadoras da sala 3, que atendem a crianças de 3 a 4 anos de idade. Para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas com os educadores e observações das atividades realizadas na sala, utilizando-se filmagens e fotografias como instrumentos de registro. Os dados obtidos indicam que há aspectos positivos e negativos em relação à QVT das educadoras; que as funções prescritas pela instituição são condizentes com a rotina e as atividades desenvolvidas; que as educadoras adotam posturas inadequadas na realização destas atividades, havendo necessidade de uma intervenção ergonômica nesse sentido; e que, em relação ao mobiliário, a cuba, onde é realizada a higienização das crianças, é

o equipamento que mais causa prejuízo à manutenção de posturas adequadas. A análise dos dados subsidiou a estruturação de uma proposta de instrumento de avaliação das condições de trabalho dos educadores de crianças de 2 a 5 anos de idade, considerando o uso do corpo. Este instrumento é composto por três fichas de observação, relacionando-se as posturas corporais adotadas nas diferentes áreas de interesse e o tempo de permanência, a frequência de comportamentos e a representação das posturas adotadas durante a execução do trabalho. Concluiu-se que a organização do ambiente nas salas não oferece condições de trabalho às educadoras no que se refere à adoção de posturas laborais adequadas na realização de determinadas atividades e que a partir da análise das suas condições de trabalho podem ser feitos um diagnóstico e uma proposta de ação para promover melhoria na sua QVT.

**Título:** A emigração sob o olhar de quem fica: uma análise das experiências de famílias do município de Ipaba-MG

**Autora:** Luciane Germano Simões Coelho

**Orientadora:** Neide Maria de Almeida Pinto

**Data da defesa:** 30/05/2007

A migração internacional de brasileiros ganha destaque nas últimas décadas. O Brasil, historicamente conhecido como destino de diversas correntes migratórias, especialmente a partir de 1980, presencia um volume expressivo de brasileiros em direção a outros países. Com o processo de globalização contemporâ-

neo e as profundas modificações que assolam o mundo do trabalho, esta tem sido a saída encontrada por muitos brasileiros na busca pela melhoria do nível de vida. Com a ausência desse integrante, a família que fica passa a vivenciar novas experiências e transformações. Portanto, este trabalho teve como objetivo analisar as consequências da migração internacional nas famílias que tiveram um ou mais de seus membros migrando para o exterior e o significado dessa experiência para o grupo, bem como analisar as transformações que a migração internacional vem provocando na economia e no espaço urbano do município de Ipaba-MG. A pesquisa de abordagem qualitativa contou com entrevista semiestruturada realizada com 12 famílias de migrantes desse município, além de discussão teórica sobre as temáticas migração internacional, família e rede social. Os resultados demonstraram que em Ipaba os indivíduos migram para os Estados Unidos em busca do sonho de obtenção da casa própria. Para realização desse projeto, contam com a presença dos membros da família, que auxiliam tanto nos recursos da partida, nos interesses deixados pelo migrante no município de origem, como também prestam apoio necessário para a chegada do migrante por meio da rede social. Com as remessas enviadas pelo migrante às famílias que ficam, a economia do município vem gradativamente se desenvolvendo, especialmente no setor da construção civil, por meio das casas que são construídas, modificando o espaço urbano da cidade. Ainda assim, a migração provoca transformações na organização familiar, especialmente no que se refere às mudanças de papéis sociais ocorridas nas famílias de pais migrantes. Com a saída do pai,

cabe à mãe, “sozinha”, comandar a casa, os filhos e até as finanças, ampliando o seu papel diante do grupo familiar. No entanto, observou-se também a existência de estratégias criadas para a manutenção do poder e da autoridade do pai que migrou e da perda do papel das esposas, que passam a viver com a ausência dos maridos. Para as famílias, a experiência migratória pode significar a possibilidades de melhoria das condições de vida, possibilidades de aprendizagem de uma convivência longe de quem migrou e possibilidades de melhorias das relações familiares promovidas pela distância e pela ausência. Conclui-se que a migração internacional do município de Ipaba é um projeto coletivo, ao refletir os anseios do grupo familiar, que, para ser efetivado, tem a participação efetiva dos membros da família nas esferas financeira, social e emocional, além de ser um projeto com tempo e finalidade determinados, implicando continuamente perdas e ganhos para as famílias e para os migrantes.

**Título:** A separação judicial litigiosa como drama social: narrativas, versões e motivos da crise conjugal, em Montes Claros – MG

**Autora:** Elizandra Klem Coutinho

**Orientadora:** Maria de Fátima Lopes

**Data da defesa:** 27/07/2007

Na virada do século XIX para o XX, a proclamação da República trouxe para o país a oportunidade de colocar em prática os ideais burgueses de “modernização”, de “igualdade e liberdade”, que há algum tempo eram discutidos pela elite local. Adequar o país aos propósitos do novo regime era, portanto, o ideal

e o objetivo dos republicanos. Para tanto, foram criados aparatos legais que legalizassem estes projetos e dessem à República a base jurídica para sua governabilidade. É neste contexto que o primeiro Código Civil foi criado, apresentando à sociedade um conjunto de direitos e deveres que passaram a reger juridicamente a vida civil dos brasileiros. No que tange à família, foi legitimado um único modelo de organização familiar por meio do casamento civil, instituição que teve seus pressupostos, direitos e deveres claramente definidos. O modelo de família republicano, apresentado pelo Código Civil, foi caracterizado pela hierarquização entre homens e mulheres. Aos homens, foi destinada a chefia do lar, sendo responsabilizados pela manutenção financeira e pela proteção “moral” da família. As mulheres foram consideradas civilmente incapazes, sendo subjugadas à representação masculina e ao exercício da maternidade e organização dos serviços domésticos. Outra característica do modelo legítimo de família, apresentado pelo Código Civil, foi a indissolubilidade do vínculo conjugal. O casamento civil, assim como o casamento sacramental, legislado no Brasil desde os primórdios da colonização pelas leis canônicas, permaneceu como um laço indissolúvel, que apenas poderia ser rompido pela morte de um dos cônjuges. Entretanto, as leis cívicas apresentaram às famílias o desquite, que permitia aos cônjuges pôr fim à sociedade conjugal, determinando a separação de corpos, a guarda dos filhos e o fim do regime patrimonial pela separação dos bens. Estabelecia-se uma nova condição civil: a dos desquitados. No entanto, o desquite não deixava livres os cônjuges para no-

vas núpcias. Frente a esta estrutura legal criada pelo “novo regime” para organizar as famílias dentro dos moldes republicanos, nesta pesquisa os olhares se voltaram para as famílias que se “desviaram” desses ideais e que revelaram à justiça seus conflitos conjugais e comportamentos “desviantes” durante a separação judicial litigiosa. Dessa forma, com o objetivo de entender como as famílias interpretaram e se apropriaram, ou não, desses propósitos de organização familiar propostos pelas leis cívicas, foram analisados processos de desquite litigiosos, ocorridos na Cidade de Montes Claros – MG. Foram analisados 26 processos, datados de 1917 a 1977, período em que as leis referentes ao desquite permaneceram em vigência, sem nenhuma alteração. A separação foi aqui entendida como um momento de “drama social”, em que os cônjuges, na busca de redefinir sua condição civil e determinar “o culpado e o inocente” pela crise conjugal, atuaram como atores da sua própria história, recontando-a em diferentes versões e narrativas. O estudo destas narrativas, em especial as dos cônjuges e dos seus advogados, revelou, portanto, como estes atores sociais interpretaram as leis cívicas referentes ao casamento e ao desquite, intitulando-se “esposo” ou “esposa” ideal, conforme o cumprimento ou quebra dos deveres conjugais. Neste contexto, ao se intitularem cumpridores dos deveres conjugais, reafirmaram o modelo de família, de esposo e esposa apresentados pelo Estado. Mas à medida que acusaram seus parceiros de terem praticado o “adultério, a injúria grave, o abandono de lar”, “desconstruíram” este modelo de organização familiar e apontaram comportamentos diferenciados de

homens e mulheres, dentro e fora da família. Esta dissertação traz, assim, uma discussão reflexiva sobre o modelo de família, de “esposo e esposa” legitimados pelo Estado republicano, por meio do Código Civil de 1916, e de como as famílias interpretaram esses modelos durante a separação judicial. Esta análise mostra a família e as relações de gênero fora da concepção de naturalidade, apresentadas pelo Estado e pela Igreja, permitindo problematizar os discursos jurídicos e religiosos como instrumentos de poder que estabeleceram modelos hegemônicos e próprios de família, de esposo e esposa, e que contribuíram para a construção das hierarquias de gênero e para a discriminação de outras formas de organização familiar.

**Título:** Terra, trabalho, parentela e fé: Uma abordagem sobre o espaço social e a herança afrodescendente na comunidade rural de Nogueira, Ponte Nova-MG

**Autora:** Ana Luiza Fernandes de Oliveira Dias

**Orientadora:** Márcia Pinheiro Ludwig

**Data da defesa:** 30/07/2007

Este trabalho apresenta uma análise histórico-cultural da Comunidade Rural de Nogueira, Município de Ponte Nova – Zona da Mata Norte de Minas Gerais. Tal espaço é constituído somente por famílias negras, sobre o qual quase nada se sabia, a não ser que era conhecido por “terra de pretos”. Problematizou-se nesse espaço-lugar a configuração de uma identidade e de um possível território afrodescendente. Tem-se como prerrogativa a ideia de que as identidades negras são culturalmente

híbridas e dinâmicas, marcadas, historicamente, no contexto do escravismo e do racismo. Recorreu-se a uma pesquisa qualitativa, com o uso de análise documental, entrevistas semiestruturadas, observação direta e registro fotográfico. A pesquisa revelou que Nogueira é constituída de um agrupamento de 11 famílias de parentelas, cujos ancestrais estão naquelas terras há mais de 100 anos, sendo a terra um patrimônio familiar. A cada setembro, as parentelas e as localidades rurais vizinhas atualizam suas fronteiras simbólicas, na devoção a “Santa Efigênia”, momento extraordinário que concorre com a configuração de um território afrodescendente. Terra, trabalho, parentela e fé identificam seus moradores que até hoje não têm o título da terra e enfrentam intensas desigualdades socioeconômicas.

**Título:** A institucionalização asilar na percepção do idoso e de sua família: o estudo do “Lar dos Velhinhos” – Viçosa/MG

**Autora:** Ingrid Gomes Dias

**Orientadora:** Karla Maria Damiano Teixeira

**Data da defesa:** 18/05/2007

A evolução demográfica brasileira tem marcado significativamente sua configuração e, conseqüentemente, as relações intergeracionais. O processo de envelhecimento não se resume apenas aos aspectos demográficos, mas estende-se, também, à criação e ao cumprimento de políticas públicas para um segmento que demanda melhores condições de saúde, habitação, aposentadoria e pensões, assistência social e condições dignas de existência. Este trabalho buscou analisar

comparativamente a percepção da família e do idoso quanto aos aspectos associados à institucionalização asilar dos idosos atendidos no asilo “Lar dos Velhinhos”, na cidade de Viçosa-MG, suas necessidades e expectativas, visando a contribuir com o desenvolvimento e a adequação de políticas sociais na busca pela qualidade de vida deste segmento populacional. As questões que nortearam esta pesquisa foram construídas a partir das seguintes indagações: no asilo “Lar dos Velhinhos”, em Viçosa-MG, quais são os fatores que levaram à institucionalização asilar do idoso, na percepção dos idosos e de suas respectivas famílias? Qual é a expectativa apresentada pelas famílias ao transferir a responsabilidade do cuidado de seus idosos para instituições asilares? Como ocorre o relacionamento intergeracional a partir da institucionalização asilar do idoso? Quais são as perspectivas e expectativas do idoso institucionalizado? O idoso apresenta sentimento de pertencimento à instituição e identificação com suas regras? A justificativa da busca deste conhecimento baseia-se no fato da existência de pouco referencial bibliográfico na literatura brasileira sobre a questão proposta. Em termos de metodologia, selecionou-se como local de estudo o asilo “Lar dos Velhinhos”, localizado na cidade de Viçosa - MG. A amostra deste estudo foi composta por 11 idosos, que atendiam ao requisito básico da pesquisa, ou seja, de possuir família e capacidade mental normal e memória preservada. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, tendo sido a técnica de coleta e construção de dados pautada, em um primeiro momento, na análise dos registros da instituição

e, em um segundo momento, em entrevistas com os idosos e suas respectivas famílias. Por meio deste estudo, pôde-se observar que os fatores que levaram à institucionalização asilar estavam relacionados a problemas de saúde, a conflitos familiares e à vontade própria. De acordo com a percepção familiar, a institucionalização não é vista como abandono, mas como necessidade e cuidado, motivada pelo desejo das famílias de apoiarem seus idosos por meio de um atendimento profissional, fato que gerou satisfação para o idoso e melhorou a convivência familiar. O idoso institucionalizado, na sua maioria, não possui expectativas em relação à instituição, inexistindo um sentimento de pertencimento e identificação dos internos em relação ao asilo. Com base nestes resultados, pôde-se concluir que, apesar da existência do Estatuto do Idoso, muitas vezes suas determinações não são cumpridas pela sua inadequação à realidade brasileira e pela falta de suporte e incentivo do Estado para com as famílias e as instituições asilares.

**Título:** Ação social empresarial: o Programa Tim ArtEducação na perspectiva de participantes da oficina de dança de rua e seus familiares – Viçosa/MG

**Autora:** Michelle Gomes Lelis

**Orientadora:** Karla Maria Damiano Teixeira

**Data da defesa:** 10/05/2007

Este trabalho teve como objetivo analisar as ações do Projeto Oficina de Dança de Rua, do Programa Tim ArtEducação (PTAEA), no município de Viçosa (MG), na perspectiva dos adoles-

centes atendidos e suas famílias. Deteve-se, especificamente, ao Projeto Oficina de Dança de Rua, por ser o de maior procura pelos adolescentes envolvidos. Para esta pesquisa, adotou-se a metodologia qualitativa dividida. A coleta de dados foi realizada em duas etapas: a primeira, de caráter exploratório, visou a caracterizar a trajetória do PTAEA em Viçosa por meio da análise documental; e, na segunda, realizaram-se entrevistas com o auxílio de roteiro semi-estruturado com os adolescentes residentes das áreas urbana e rural e seus responsáveis, abordando questões relacionadas ao PTAEA e à Oficina de Dança de Rua. Analisados os dados, os resultados mostraram que o Programa Tim ArtEducação ainda é desconhecido pela maior parte dos adolescentes e seus familiares, tanto da zona urbana quanto da zona rural. Boa parte dos familiares dos adolescentes que participaram do Projeto Oficina Dança de Rua não tem conhecimento do que é essa atividade, para que serve, ou quais benefícios pode trazer para aqueles que a praticam. Em contrapartida, os adolescentes e familiares que conheciam o Programa Tim demonstraram estar satisfeitos com os resultados vivenciados após a entrada na Oficina Dança de Rua. Em termos de comportamento e de disciplina em casa e na escola, o rendimento escolar e das relações familiares do adolescente, pôde-se concluir que o Programa Tim, por meio do referido Projeto, contribuiu para a inclusão social dos adolescentes. No que se refere à proposta de diminuir a evasão escolar, os depoimentos e avaliações dos responsáveis mostraram que os adolescentes não gostavam de faltar às aulas, tinham prazer de ir à escola e de

estudar, tiravam notas boas e demonstraram melhorias na disciplina e respeito nas aulas e para com os colegas. Apesar de serem duas realidades sociais diferentes, os adolescentes da zona urbana e da zona rural mostraram a importância da arte por meio da dança, para seu rendimento escolar e comportamento, em geral para suas vidas e de suas famílias. Vale ressaltar a importância da aliança intersetorial criada entre a empresa Tim Maxitel (setor privado), o Estado e municípios (setor público) e a ONG HumanizArte (setor social), em benefício dessas crianças e adolescentes atendidos pelo Programa Tim ArtEducação. Assim, com base na discussão dos dados, verificou-se que o Programa Tim desenvolve o papel estabelecido em suas propostas no que se refere ao envolvimento artístico, cultural e social dos adolescentes em atividades que promovem a inclusão social e semeiam em suas vidas maiores e melhores expectativas em relação ao futuro.

**Título:** Avaliação de egressos de um programa de ação formativa para Promoção Social de famílias rurais

**Autora:** Maria das Dores Rodrigues de Oliveira

**Orientadora:** Tereza Angélica Bartolomeu

**Data da defesa:** 26/07/2007

A pesquisa apresentada nessa dissertação consistiu numa avaliação de egressos de um programa de capacitação com vistas à promoção social de famílias rurais, na iminência de estimar as mudanças, possivelmente decorrentes das atividades educativas, a partir da análise

de suas experiências cotidianas, nos contextos da vida pessoal, familiar e profissional, relativas ao trabalho artesanal. Partiu-se do pressuposto de que os desafios e necessidades enfrentados pela área de educação, no início do século XXI, decorrem de transformações sociais e culturais geradas pela revolução tecnológica e pela globalização. A superação do círculo da pobreza e a viabilização da inclusão social de diferentes segmentos da população para uma sociedade mais justa e igualitária supõem políticas de educação formal, não-formal e informal capazes de gerar mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho. Ao complementar o ciclo de implementação destas políticas, a avaliação dos resultados das atividades formativas constitui elemento-chave para subsidiar a emissão de juízos e instrumentalizar tomadas de decisões. A relevância social e científica desta proposta de investigação reside na geração de subsídios para as organizações dos sistemas de formação, no sentido de avaliar a aplicabilidade de seus programas e deliberar conscientemente sobre o prosseguimento e/ou redirecionamento de suas atividades educativas de cunho social. A análise reflexiva das experiências dos sujeitos, em conformidade com as proposições teóricas, fez uso do modelo de avaliação proposto por Donald Kirkpatrick, considerando os níveis e as implicações da avaliação e incluiu abordagens das categorias: educação, avaliação e trabalho com o artesanato têxtil. O delineamento contemplou a caracterização do público, motivações e aplicação de competências, supostamente adquiridas em treinamentos dirigidos a um segmento do pú-

blico alvo do Senar Minas, constituído de familiares de produtores e trabalhadores rurais, residentes nas Microrregiões da Mata de Ubá e de Juiz de Fora. A partir de pesquisa documental, utilizou-se uma amostra de doze grupos de egressos, treinados em 2005. Uma subamostra de três grupos apresentou evidências de atitudes, comportamentos, opiniões e percepções acerca de experiências pós-treinamento, vivenciadas nas diferentes atividades do artesanato têxtil. No trabalho de campo, identificou-se a realidade concreta do treinado, com abordagem qualitativa e quantitativa, após um tempo mínimo de seis meses de finalização do treinamento. A técnica de entrevista focalizada em grupos ou grupo focal foi adaptada e testada para obtenção e/ou construção de dados envolvendo grupos de treinados. Os resultados evidenciaram elevação da autoestima, bem como da autoconfiança do egresso quanto à qualidade na produção das peças do artesanato têxtil e quanto à utilização e conservação de materiais, utensílios e equipamentos de produção. Identificou-se comprometimento do treinado em utilizar racionalmente os recursos ambientais, preservar o meio ambiente e cumprir seus direitos e deveres no consumo de artigos têxteis. Constataram-se melhoria da capacidade gerencial em termos de planejamento e organização do trabalho, redução de custos e estabelecimento de metas para empreendimentos futuros. Tais resultados se mostraram coerentes com os objetivos de promoção social do programa, uma vez que apontaram para a existência de uma relação positiva entre o treinamento e as mudanças na vida pessoal, social, profissional e familiar dos

treinados, em decorrência da capacidade produtiva e da integração social e familiar. Constatou-se que o desenho metodológico para avaliações de programas educativos que visam à promoção social, envolvendo grupos de treinados, foi economicamente viável e permitiu identificar mudanças concretas na realidade dos treinados.

**Título:** Vulnerabilidade e exclusão social: uma abordagem sobre representações sociais de catadores de materiais recicláveis em Ipatinga-MG

**Autora:** Michele Morais Oliveira

**Orientadora:** Márcia Pinheiro Ludwig

**Data da defesa:** 14/06/2007

A sustentabilidade, a vulnerabilidade e a exclusão social permeiam as discussões sobre a problemática dos resíduos sólidos que, nas últimas décadas, têm se tornado uma preocupação mundial. Novos e velhos lixos, produção que se avoluma e destino final, coleta seletiva, educação ambiental, indústria de reciclagem – várias são as discussões atuais – pondo em destaque, em última análise, uma questão polêmica: a relação da sociedade com suas supostas sobras, sobras materiais e “sobras humanas”. Inseridos nesse contexto estão os catadores de materiais recicláveis, que constituem a unidade de análise deste estudo. De forma geral, buscou-se identificar e analisar as representações sociais do catador de materiais recicláveis do município de Ipatinga, Vale do Aço, Minas Gerais, acerca do lixo e questões a ele relacionadas. A abordagem qualitativa foi escolhida como perspectiva metodológica e como técnicas de coleta

de dados foram utilizados o questionário, a entrevista semiestruturada, a observação direta e o registro fotográfico. Os dados foram interpretados pela análise de seu conteúdo. O desemprego e a falta de qualificação profissional puderam ser constatados como razões principais para inserção na atividade de coleta de materiais recicláveis. A rotina do catador é desgastante e envolve, na maioria dos casos, mais de oito horas de trabalho por dia, sendo necessária, algumas vezes, a catação também no período noturno. As representações dos catadores sobre o “lixo” demonstraram valorização do termo promovendo-o a material reciclável. A dualidade trabalho x marginalidade, presente na realidade dos catadores, muitas vezes acaba sendo uma das grandes motivações para o enfrentamento desse trabalho tão precário e discriminado em prol da sobrevivência. Nessa luta diária, muitos catadores possuem uma visão pessimista do futuro, não conseguindo vislumbrar possibilidade de melhorias ou realização de sonhos. Portanto, reconhecê-los como indivíduos portadores de direitos e deveres e principalmente como protagonistas da ação da reciclagem de lixo é uma meta, com a qual atualmente a sociedade já vem se deparando.